

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
INSTITUTO DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
PLANEJAMENTO TERRITORIAL

DINÂMICA ESPACIAL DA DÍVIDA EXTERNA

CARLOS ALBERTO FRANCO DA SILVA

Rio de Janeiro, Abril de 1989



ÍNDICE

— U. F. R. J. —
BIBLIOTECA
— P. P. U. R. —

-Introdução -----	1
-Processo de Endividamento Externo Brasileiro --	2
-Conversão da Dívida Externa -----	24
-Dinâmica Espacial da Dívida Externa -----	31
-Conclusão -----	47
-Bibliografia -----	49
-Notas -----	51
-Apêndice-----	55

INTRODUÇÃO

O presente estudo faz uma análise do processo de endividamento externo no período pós-cinquenta até 1988 com o mecanismo da conversão da dívida externa. Veremos também a dinâmica espacial desse endividamento sobre o território brasileiro.

Ao longo deste trabalho, analisaremos a forma como se deu a entrada do capital externo na economia nacional, sua contribuição para a industrialização e aumento das disparidades regionais, visto que sua dinâmica foi concentrada, em especial, na região Centro-Sul; desenvolvendo os setores mais dinâmicos (Departamento III).

Este estudo não tem a pretensão de ser completo e abrangente, e sim, determinar de forma clara e objetiva o processo de crescimento econômico com endividamento externo e sua contribuição para o aumento da concentração de renda, e das desigualdades sociais e regionais existentes no nosso País.

I) PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO

Introdução:

Neste capítulo, mostraremos, de forma sucinta, como se deu a penetração do capital externo em nossa economia, a partir dos anos 50; e sua contribuição para a acumulação de capital no País.

Veremos que a estratégia de crescimento econômico com endividamento externo, tornou-se uma bola de neve em contínuo aumento, pois no final dos anos 70, a dimensão da dívida externa passou a ser predominantemente financeira, devido à "cegueira" dos principais agentes tomadores de empréstimos, nos momentos de grande liquidez internacional.

O problema do endividamento externo não será tratado de forma particularizada, ou seja, não dividiremos o estudo em "encilhamento privado" e "encilhamento público" daremos, portanto, uma visão de conjunto do processo da dívida externa no país.

Período: 1950-1960

Em 1950, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, a industrialização aparece sob a bandeira do desenvolvimento nacionalista. Este, ao contrário do que podia parecer, não visava romper inteiramente com o capital externo. O nacionalismo varguista consistia em preservar os setores estratégicos da economia brasileira para o capital estatal e o capital privado nacional, e para o capital estrangeiro áreas não prioritárias. Seu papel principal era conseguir a participação de diversos

setores da sociedade, unindo-os na luta contra os conservadores e o capital estrangeiro que em atividades comerciais e financeiras burlavam as leis sobre remessa de lucros.

O Estado voltou a ter como meta essencial a industrialização. Novamente, a sua ação se dava em dois níveis, agindo como legítimo Estado Burguês: primeiro, através do investimento direto em setores básicos (expansão da Cia. Siderúrgica Nacional, criação de usinas hidrelétricas, da Cia. Nacional de Alcalis, e etc.), e ampliação da rede da infraestrutura, criando o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico, o Plano Nacional de Rodovias, o Plano Salte em segundo lugar, regulando a economia de modo a assegurar as condições financeiras do desenvolvimento: fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento responsável pelo financiamento de muitos destes planos, manutenção do confisco cambial etc..

Segundo Francisco de Oliveira, o financiamento da acumulação de capital nesta fase sustentava-se em três pontos: em primeiro lugar na manutenção da política cambial e no confisco cambial, tentando-se utilizar o mecanismo de transferência de excedentes do setor agroexportador para o setor industrial; em segundo lugar, na nacionalização dos setores básicos do Departamento I (especialmente os setores produtores de bens intermediários). Essa nacionalização realizava o processo de financiamento interno no Departamento I, enquanto a política cambial realizava o processo de financiamento interno e externo dos dois

departamentos. Era claramente posto de lado o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento. O Terceiro ponto de sustentação do padrão de acumulação residia numa contenção do salario real dos trabalhadores.(1)

No final de 1953, entretanto, a industrialização substitutiva chegava a um impasse. A ampliação daqueles setores requeria taxas mais elevadas de investimento e o conseqüente aumento das importações de máquinas e equipamentos, o que tornava deficitária a balança comercial brasileira. O mesmo ocorria com a balança de pagamentos devido às remessas ilegais de lucros por firmas estrangeiras e outros gastos. Por fim, o declínio dos preços do café, a partir de 1953, reduzia a receita externa, agravando a situação.

Para manter o ritmo de crescimento da economia, sobretudo da indústria, o governo procurou manter as seguintes situações:

-continuar a política de confisco cambial, que transferia renda dos setores agroexportador para a indústria. Tarefa agora bem mais difícil, por causa da queda dos preços externos, sobretudo do café, e aumento da reação destes setores;

-maior nacionalização dos lucros, o que significava atacar os privilégios do capital externo através, por exemplo, da restrição à remessa de lucros para o exterior;

-conciliar a "política de massas" com uma relativa redução dos salários, ou seja, evitar que seu aumento fosse superior ao das taxas de produtividade do setor industrial.

Entretanto, o declínio da receita externa intensificou a disputa pelas divisas entre os diferentes setores da classe dominante, pondo de lado o padrão de acumulação proposto por Vargas.

Segundo F. de Oliveira, "esse padrão de acumulação não se concretizou totalmente devido a fatores de ordem estrutural, como por exemplo: a inelasticidade do setor agroexportador de gerar excedentes para o setor industrial através de pagamentos internacionais para compra de bens de capitais e insumos básicos para o desenvolvimento do Departamento I, e também, o financiamento externo neste período somente era viável quando se expandiam as exportações agrícolas."(2)

Em relação ao endividamento externo neste período, podemos dizer que entre 1950 e 1955 houve, em realidade, um crescimento da dívida externa (quadro I), que não se constituiu em fonte de financiamento para a acumulação de capital.

QUADRO I

Ingresso de capital estrangeiro e saldo da conta de transações correntes no Brasil: 1950-1955

(US milhões)

Ingresso de capital estrangeiro	saldo da balança comercial
---------------------------------	----------------------------

Investimento privado direto	capitais compensa- tórios			saldo da balança de serviços	saldo da conta de transações correntes
1950	3	-52	425	-319	106
1951	-4	291	67	-535	-468
1952	9	615	-286	-421	-707
1953	22	-16	423	-392	31
1954	11	203	150	-380	-230
1955	43	-17	320	-344	- 24

Fonte: Banco Central do Brasil - 1960

Portanto, podemos dizer que neste período, a dívida externa foi relativamente estável, pois uma baixa no valor das exportações levava automaticamente a uma menor capacidade de importação, sendo o desequilíbrio externo em parte aliviado pela entrada de capitais de risco que se realizava concomitantemente com a reorientação da atividade produtiva, conhecida como processo de substituição de importações.(3)

Governo "JK".

Para a grande parte da burguesia dominante, a crise no final do período varguista oferecia alguns ensinamentos. O primeiro deles era que seria impossível prosseguir o desenvolvimento sem a criação de um setor de bens de capital (departamento I), capaz de sustentar e dinamizar a produção industrial do país. O segundo, que os recursos necessários não

poderiam originar-se do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, sob pena de se voltar a uma crise social e política idêntica ao período vargas (último governo).

O Plano de Metas do Governo JK visava romper este estrangulamento, realizando a substituição de importações nos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Para o primeiro, os recursos continuariam sendo fornecidos pelo Estado através principalmente de emissões monetárias e obtenção de novos empréstimos externos. O Estado voltou a investir maciçamente no setor público (construção de estradas, por exemplo) e na indústria de base: novas siderurgias (Usiminas e Cosipa), ampliação da capacidade produtiva da Petrobrás, construção de usinas hidrelétricas, etc...

A expansão do setor de bens de consumo duráveis, necessários à redução das importações e para atender à crescente demanda interna, se faria pela internacionalização da economia, abrindo-se ao capital estrangeiro (4).

Surge então com Juscelino, um novo padrão de acumulação de capital. O novo ciclo de acumulação centra-se agora numa expansão do chamado Departamento III da economia. "A viabilidade dessa expansão foi previamente assegurada pela concentração de renda que ocorreu no período anterior: era a demanda reprimida que se constitui na base do Plano de Metas. (5)

No entanto, um padrão de acumulação desse tipo não se encontrava em condições de se viabilizar, visto que " se observadas as relações de proporcionalidade existentes entre o Departamento III em implantação e o Departamento I situado fora do circuito interno da acumulação, ou seja, no interior das economias centrais. Nossa economia era dependente das exportações, sobretudo, primárias que cumpriam o papel de financiar as compras de bens de produção (Departamento I).(6)

Para contornar essas dificuldades foi preciso restabelecer de forma mais consistente o tipo de relação centro-periferia. Mas esse restabelecimento encontrava novos obstáculos na relativa inelasticidade de crescimento das exportações primárias nacionais. A solução que se encontrou para se desviar de todos esses problemas, foi o recurso ao capital externo.

Desse modo, entrou o capital destinado à indústria automobilística, construção naval e outros ramos beneficiados pelo Plano de Metas. A Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada pelo Ministro Eugênio Gudin, no Governo Café Filho, era a chave desta abertura ao capital externo: aproveitando-se da disponibilidade de capitais estrangeiros, ela franqueava a estes a importação, sem cobertura cambial, de máquinas e equipamentos, com a condição de se associarem ao capital nacional.

"Os investimentos estrangeiros podiam importar bens de capital sob a condição de concordarem em ser reembolsados

mediante a participação no capital da empresa a que se destinavam esses bens."(7)

O padrão de acumulação proposto por Juscelino teve como consequência uma atrofia do Departamento I nacional, ou seja, voltou a residir nos países centrais parte do Departamento I na economia nacional.

Segundo F. de Oliveira, esta consequência "restaurou um padrão de relações centro-periferia num patamar mais alto da divisão internacional do trabalho, instaurando no Brasil uma crise decorrente de Balança de Pagamentos, que se expressava na contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno, porém financiada ou controlada pelo capital externo e a insuficiência de geração de meios de pagamentos internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais e parte do excedente que pertence ao capital internacional".(8)

Concluindo, a forma como se deu o "ciclo Juscelino" de crescimento marcou profundamente a economia brasileira, já agravada pela dependência externa e pelas acentuadas desigualdades de renda, derivada imediatamente da forma de concentração do capital que o padrão de acumulação propiciou. Baseados em padrões tecnológicos do capitalismo euro-norte-americano, os novos ramos industriais (automóveis, eletrodoméstico, têxtil, etc.), absorviam limitadamente a mão-de-obra disponível e acentuavam o caráter concentracionista e

internacionalizado da economia brasileira.

Período: 1961 a 1967.

Entre 1961 e 1967 a economia brasileira atravessou sua pior fase de Pós-Guerra no que se refere ao crescimento, enquanto se promoviam modificações profundas tanto no arcabouço da política econômica (financiamento público, privado e externo, comércio exterior e capital estrangeiro), como nos padrões de distribuição pessoal da renda. Em meio a toda essa crise, ocorre a mudança de regime.

A partir dos anos 60, os responsáveis pela condução econômica e política do país, naquele momento, tinham como estratégia definida o crescimento com endividamento externo, ou seja, desenvolvimento econômico apoiado no capital externo, justificando-se escassez de recursos internos.

O financiamento externo da expansão econômica nesta fase, dirigiu-se, sobretudo, na forma de empréstimos e não de capital de risco. Os empréstimos externos serviram basicamente para saldar as dívidas de importações e para renegociação da dívida externa. Essas dificuldades de divisas foram provocadas por dois motivos: em primeiro lugar, pelo fato de que a industrialização do país era voltada para o mercado interno não criando meios de pagamentos externos; em segundo lugar, houve neste período, uma diminuição das exportações nacionais.

"No passado os recursos externos proviam basicamente pelo investimento estrangeiro direto. Na nova estratégia de

crescimento com endividamento a poupança externa deve vir principalmente por meio de empréstimos." (9)

Com relação à dívida externa, no período 1960-64, ocorreu um aumento de quase 30% (quadro II). Por um lado, havia um estancamento agudo das exportações brasileiras; e por outro, reduziu-se a entrada de capitais de risco, a partir de 1963, o que implicou num crescente endividamento externo agravado pela instabilidade política desse período.

QUADRO II

Dívida Externa Brasileira (milhões de dólares)

ANO	VALOR
1946	2054
1950	1862
1955	1792
1960	1955
1961	2207
1962	2457
1963	2527
1964	2502

Fonte: Banco Central do Brasil, citado por Doellinger, Carlos Von, "Endividamento e Desenvolvimento: algumas lições da história", Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, IPEA, 6(2), ago, 1974 - p.422

Vemos então, que o processo de endividamento neste período se explica basicamente por uma baixa nas receitas de exportação, ou seja, sem desconsiderar os fatores políticos, as causas econômicas da crise externa eram de caráter produtivo.

Neste contexto, a nova estratégia de crescimento com endividamento, continuou entendendo que o capital multinacional instalado no país é uma condição indispensável para que se possa realizar e manter o próprio processo de endividamento, bem como, contribuir para a expansão das exportações de produtos manufaturados, ou seja, abertura de novos mercados.

A expansão das exportações foi reforçada ainda pelo crescente interesse do capital nacional pelos mercados externos, processo que foi apoiado através de uma política de incentivos às exportações.

Concluindo, as condições que viabilizaram o processo de endividamento externo foram promovidas pelo capital estrangeiro instalado no país, pelo interesse do grande capital nacional numa maior projecção internacional e pelo estado, que tornou-se, neste período, produtor de mais-valia. Vemos então, que a expansão da dívida externa está relacionada com uma estratégia de desenvolvimento econômico orientada para uma maior abertura externa da economia nacional e conseqüentemente, sua inserção na economia mundial de forma mais consistente em suas dimensões comerciais, produtivas e financeiras.

Período 1968-1973.

O primeiro grande impulso da dívida externa brasileira se deu no período 1969-73. Durante toda a década de 60, não ocorreu grandes aumentos (Quadro III). Concomitantemente a esse aumento da dívida externa, tivemos o ciclo expansivo da economia brasileira conhecido como "milagre brasileiro".

QUADRO III

Evolução da dívida externa bruta e das
reservas internacionais - 1960/1980
US\$ 10.000.000.000

Ano	Dívida Externa Bruta (1)	Reservas Internacionais (2)
1960	3,1	0,3
1961	3,1	0,5
1962	3,2	0,3
1963	3,2	0,2
1964	3,1	0,2
1965	3,5	0,5
1966	3,7	0,4
1967	3,4	0,2
1968	3,8	0,3
1969	4,4	0,7
1970	5,3	1,2
1971	6,6	1,7
1972	9,5	4,2
1973	12,6	6,4
1974	17,2	5,3
1975	21,2	4,0
1976	26,0	6,6
1977	32,0	7,3
1978	43,5	11,9
1979	49,9	9,7
1980	53,9	6,9

Fontes: (1) Relatórios do Banco do Brasil 1961-63; Relatórios da

SUMOC - 1961-64; Boletins Banco Central do Brasil, vários números.(2) FMI, International Financial Statistics, vários números.

A expansão do endividamento, neste período, se insere na dinâmica da reprodução do capital, que estava condicionada por fatores internos e externos. Os fatores externos dizem respeito ao desenvolvimento do sistema financeiro internacional e a conseqüente expansão da liquidez internacional. Este fato gerou uma maior autonomia do capital bancário e a procura agressiva por novos clientes para os seus fundos.

Com relação aos determinantes internos, "o recurso à dívida externa soluciona nessa etapa, a contradição assinalada entre um processo de expansão de realização interna controlado por propriedade externa, e mais, entre aquele processo e a exportação de estímulos para os Departamentos I das economias capitalistas centrais".(10)

Ocorre também nesse período a vinculação direta que se estabeleceu entre o capital produtivo situado no Brasil e o sistema financeiro internacional. "... o financiamento de projetos industriais não guarda nenhuma dependência direta com relação ao sistema financeiro nacional. Nos principais setores (...) o alto nível de autofinanciamento, o investimento direto das empresas estrangeiras e os empréstimos do exterior fazem com que a formação do capital não tenha qualquer tipo de vinculação com o desenvolvimento financeiro interno".(11)

É necessário recordar que o processo de endividamento externo nesse período, como no anterior, liderado pelo capital estrangeiro instalado no País, acelerou ainda mais o processo de concentração e desnacionalização do aparato produtivo, visto que " a significativa e crescente participação do capital estrangeiro nos diferentes ramos da indústria de transformação certamente contribuiu para a elevação do coeficiente de importações dada a sua alta propensão a importar e a ausência de restrições efetivas à importação... os interesses do grande capital internacional e questões relativas à dimensão de mercado acabam por impossibilitar que a indústria doméstica de bens de capital se complete, exigindo, portanto, um volume de importações complementares." (12)

Todavia, concomitantemente ao aumento das importações ocorreu um aumento das exportações, dados o "boom" observado no mercado internacional e aos incentivos dado pelo governo. As exportações eram necessárias para que fosse possível importar os equipamentos e as matérias-primas indispensáveis ao nosso crescimento. Por outro lado, o mercado brasileiro atraiu muitos investimentos estrangeiros. Com efeito, o crescimento das exportações foi suficiente para garantir as divisas necessárias ao aumento das importações durante este período (Quadro IV).

QUADRO IV

CONTAS SELECIONADAS DO SETOR EXTERNO (SALDOS LÍQUIDOS NO PERÍODO
1968-73) US\$ 10.000.000.000

 Comércio/Serviços Produtivos

Período	Bal. com.	Bal. Serv.	Saldo
1968-73	(0,03)	(2,03)	(2,06)

 Capital de Risco

Período	Investimento líquido	Lucros e Dividendos	Saldo
1968-73	1,82	(0,68)	1,14

 Capital de Empréstimo

Período	Financ.	Emprést.	Subtotal	Amortizações
	Import.	Moeda	A	B
1968-73	4,29	10,07	14,36	(7,61)

Subtotal C=A-B	Juros Líquidos	Saldo C-D	Variação Reservas
6,75	(1,58)	5,17	6,16

 Fonte dos dados brutos: Boletim do Banco Central do Brasil, vários números

Observando o Quadro IV vemos que não houve pelo lado do comércio de mercadorias pressão que levasse a uma tomada de capitais de empréstimos ao longo do ciclo expansivo.

Quanto à balança de serviços, houve um déficit de cerca de 2 bilhões de dólares que foi coberto pela entrada de capital de risco, na ordem de 1,82 bilhões de dólares (Quadro IV).

"Portanto, de 1969 a 1973, apesar de uma balança comercial equilibrada, o ministro Delfim Neto admitiu um endividamento externo bancário praticamente inútil do ponto de vista de "poupança" macroeconômica. Era favorável, porém, à lucratividade do setor privado, sobretudo do multinacional aqui instalado."(13)

Esse caráter financeiro do endividamento ocorrido neste período fica evidenciado quando se observa que as contrações líquidas de empréstimos e financiamentos tiveram como contrapartida o custo da própria dívida. De 1969 a 1973, dos 10 bilhões de empréstimos em moeda, mais de 6 bilhões ficaram retidos no exterior em depósitos no sistema bancário, sob a forma de reservas, e 1.6 bilhões de dólares corresponderam ao pagamento de juros líquidos aos próprios banqueiros. (Quadro IV)

A aceleração do endividamento externo, neste período, não se explica somente pelo estrangulamento do setor externo ou pela contribuição das poupanças externas necessárias ao ciclo expansivo. Na realidade, havia uma grande liquidez internacional

associada a um ciclo expansivo interno, onde a demanda por créditos era muito alta, principalmente pelo setor privado. As taxas de juros baixíssimas cobradas pelo sistema financeiro internacional faziam com que parcela crescente dessa demanda fosse atendida, independentemente da análise das contas externas que envolviam a entrada de recursos externos.(14)

Podemos dizer então, que a expansão da dívida externa, neste período, consiste em grande parte no desequilíbrio da Balança de Pagamentos causado pelas obrigações financeiras geradas pelo próprio endividamento externo; tendo como principal agente o capital estrangeiro aqui instalado. Portanto, o aumento da dívida, nesta fase, teve um caráter financeiro provocado pela dinâmica internacional do capital produtivo da economia brasileira.

Período 1974-1978:

Neste período, o endividamento externo passou a guardar uma relação mais estreita com o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos, tanto em sua dimensão produtiva quanto financeira.

O desempenho não satisfatório da balança comercial deveu-se a um menor crescimento das exportações, bem como, de uma alta importante das importações. Quanto às exportações, sua diminuição refletia, em primeira instância, as condições adversas no comércio internacional. No caso das importações, seu aumento deveu-se à primeira crise do petróleo que aumentou seu preço e as maiores demandas por bens de capital e insumos básicos.

O desajuste produtivo, foi causado pelo desequilíbrio estrutural na oferta interna de bens, que aumentou as importações de bens de capital "... é fácil entender que a maior parte da acumulação do capital produtivo permaneceu dependente de importações, especialmente no caso de bens seriados. Esta característica essencial não se alterou ao longo do recente ciclo expansivo (1968-1973). Ao contrário, tendeu a piorar com o aumento do coeficiente de abertura. Por outro lado, com exceção da área petroquímica, o setor de bens de produção tampouco se diversificou".(15)

Em função dos déficits na balança comercial em 1974 e do desequilíbrio produtivo, o Governo elaborou o II Plano Nacional de Desenvolvimento como forma de prosseguir na estratégia de crescimento com endividamento externo. Desta vez, o principal objetivo desse plano é a expansão do setor de bens e serviços e a ampliação da oferta interna de insumos básicos.(16) Para atingir esse objetivo foi preciso um endividamento público nos setores de insumos básicos para que se criasse a demanda necessária ao desenvolvimento do setor de bens de capital.

Segundo Mônica Baer, foram três os fatores que determinaram que esta fosse a melhor saída para os problemas da economia nacional: em primeiro lugar, devido ao esgotamento do padrão de desenvolvimento que se baseava na expansão do setor de bens de consumo duráveis. Em segundo lugar, esse mesmo padrão havia

apoiado a criação de um setor de bens de capital incipiente. Por último, temos o Estado e sua atuação através das empresas públicas vinculadas ao setor produtivo, ou seja, sua atuação como Estado produtor de mais-valia, tornando-se um agente importante na dinâmica de internacionalização financeira via endividamento externo.(17)

Quanto à distribuição dos recursos externos por seus principais agentes, podemos dizer que: com relação ao setor público, nos três primeiros anos do período, os empréstimos foram destinados basicamente para as áreas de transporte, telecomunicações, energia e administração central (Quadro V). Com a elaboração do II PND, em 1976, a siderurgia e a intermediação financeira ganham recursos externos. Cabe ressaltar que "...dadas as características do setor siderúrgico, o tipo de investimento (longos prazos de maturação, e indivisibilidade técnicas), este mantém uma vinculação mais estreita com fontes de financiamento externos"(18)

Com relação ao setor privado, os empréstimos destinaram-se basicamente à indústria de transformação, metalurgia, química, material elétrico e de transportes (Quadro VI). Convém ressaltar que esses principais ramos contam com uma importante participação de empresas com capitais estrangeiros, vinculadas a grandes companhias multinacionais.

A diversificação da estrutura produtiva que ocorreu, a partir desses empréstimos ocasionou alguns problemas, como por

exemplo: "a expansão das principais empresas estatais de siderurgia exigiu tal volume de recurso que implicou na participação de grandes empréstimos externos, o que acabou desviando uma parcela substancial de sua demanda de bens de capital para o exterior, apesar da capacidade alegada pelos produtores internos ... com relação ao setor de energia elétrica também se observa a dependência dos créditos externos que resulta na perda para o exterior de uma parcela ainda significativa das compras".(19)

Apesar do desequilíbrio do setor produtivo, o grande impulso da dívida neste período, deveu-se a sua dimensão financeira, dado o custo dos empréstimos contratados junto aos bancos internacionais, tornando difícil a rolagem da dívida pelos principais agentes (capital estrangeiro, estatal, e nacional). Desse modo, para equilibrar o balanço de pagamentos, passou-se a reforçar a internacionalização financeira através de mecanismos adicionais da política econômica, como por exemplo: em vários momentos após 1976, realizou-se uma política creditícia mais restritiva, esperando que, com a alta da taxa de juros interna, os recursos externos se tornassem mais atrativos.(20)

Concluindo, podemos dizer que apesar do desequilíbrio do setor produtivo, o aumento da dívida externa, neste período, esteve articulado à expansão do custo da dívida nos meios financeiros internacionais aliada a uma política econômica interna indutora da tomada de recursos externos.

Período 1979-1984.

Este último período do nosso estudo é marcado pela volta a uma situação de desequilíbrio no balanço comercial, resultado dos efeitos diretos e indiretos do "segundo choque do petróleo" e o retorno a uma conjuntura recessiva nas economias capitalistas mais avançadas.

Contudo, o dado novo que surge é o impacto explosivo que o custo da dívida tem sobre os desequilíbrios globais. "Após, 1978, o processo de endividamento externo brasileiro assumiu uma dimensão eminentemente financeira ... a política econômica passou a ser determinada essencialmente pela necessidade de cumprir com as obrigações financeiras externas".(21)

O expressivo aumento do custo da dívida resultou da elevação das taxas de juros praticadas no mercado financeiro internacional."... considerando-se que a maior parte dos contratos de empréstimos e financiamentos é firmada com cláusula de taxa de juros flutuantes, é fácil perceber o impacto causado por estas acentuadas variações sobre o custo da dívida externa brasileira".(22)

Reforçando o já exposto, podemos dizer que a consequência deste quadro foi que no período de 1979 a 1984, a dívida saltou para 100 bilhões de dólares, sem que paraticamente entrasse qualquer recurso novo, já que se tratava apenas de

refinanciamento da dívida velha. Em termos reais, verificou-se uma queda na taxa de poupança e investimento e, em termos monetários, um aperto de liquidez crescente que levou o País à beira da insolvência.(23)

Vemos então que endividamento externo, justificado como elemento de superação de "estrangulamentos externos", de potenciador do crescimento econômico, revelou-se o seu contrário, ou seja, um elemento estimulador das dificuldades externas.

Concluindo esta última etapa do processo de endividamento, vemos que a mesma caracterizou-se por sua natureza eminentemente financeira, subordinada aos interesses do capital financeiro internacional. A crise que ocorreu nas principais economias capitalistas, refletiu-se na expansão do serviço da dívida e na dificuldade de captação de novos recursos externos para o financiamento da própria dívida e da continuação da proposta de crescimento com endividamento.

No próximo capítulo veremos o mecanismo de conversão da dívida externa, que se institucionalizou em 1988, como forma de resolver os problemas das obrigações financeiras (juros, por exemplo) e de financiamento do desenvolvimento econômico.

II) CONVERSÃO DA DÍVIDA INTERNA

1) Introdução:

Tivemos, durante algum tempo, uma economia relativamente fechada, com restrições protecionistas da nossa indústria nascente, e uma política econômica que se concentrou na substituição das importações.

A participação do Estado na economia se justificou, historicamente, pela falta de recursos privados, para enfrentar os custos dos grandes empreendimentos, abrangendo tanto a infraestrutura, como a criação da indústria pesada, numa fase em que o país teve que recuperar o tempo perdido em relação aos países desenvolvidos.

Passamos, muito rapidamente, de uma economia rural e agrária, dominada pelas importações, para uma economia predominantemente industrial e urbana, sem que a poupança interna e os investimentos privados nacionais acompanhassem o ritmo de crescimento que se exigia.

Essa marcha forçada da economia nacional fez com que ela utilizasse como ingredientes básicos, os investimentos e financiamentos internacionais, como já vimos no capítulo anterior, e os recursos públicos, que permitiram a formação das importantes sociedades de economias mistas e o financiamento, inicialmente subsidiado, de algumas empresas privadas.

Ocorre que os ciclos dos financiamentos internacionais a longo prazo e a custos baixos terminaram e que, também, o Estado brasileiro não tem mais condições de financiar o seu desenvolvimento, pois enfrenta uma dívida imensa, juntamente com um enorme déficit público e uma inflação altíssima.

Diante deste problema, o governo brasileiro tem procurado uma internacionalização maior de nossa economia, no plano industrial e comercial, uma política de produção dirigida para a exportação e a consagração da importância das "joints ventures" com empresas estrangeiras. No plano interno, o Brasil reconhece a necessidade de fortalecer o mercado de capitais, como "financiador do desenvolvimento econômico".

Neste contexto econômico surge, em 1 de fevereiro de 1988, através da Resolução nº 1460 do Banco Central, o mecanismo de conversão da dívida externa, como forma de reduzir o pagamento dos juros e transformar os antigos credores em sócios de empresas brasileiras, de modo a prosseguir no desenvolvimento do país.

2) A Sistemática de Conversão da Dívida Externa: Para se compreender o que estabelece a Resolução nº 1460, temos que raciocinar, em primeiro lugar, que a totalidade da dívida com as instituições financeiras (na origem) estrangeiras está sendo negociada a fim de se obter o prolongamento do prazo de amortização do principal da dívida e a redução de custos, tais como taxa de risco, etc.

O total dessa dívida sob negociação está dividida em três parcelas:

- a) depositada compulsoriamente no Banco Central,
- b) depositada voluntariamente no Banco Central e
- c) fora do Banco Central.

A dívida na primeira condição, isto é, depositada compulsoriamente, é constituída integralmente de dívida vencida. A segunda e terceiras condições são compostas de dívidas vencidas e vicendas. A dívida vencida e depositada compulsoriamente no Banco Central, na ocasião de sua conversão, pode ter dois destinos:

- a) aplicação em capital de risco no setor privado e
- b) aplicação em capital de risco no setor público.

A conversão deverá ser feita, necessariamente, via leilão nas bolsas de valores, desde que os respectivos fundos se destinem a participar de uma empresa do setor privado. (24) Aliás, este é o único caso em que a conversão deve ser feita, necessariamente, por meio do leilão. No caso em que esses recurso se destinem à aplicação em capital de risco no setor público, não haverá leilão e o valor do deságio será estabelecido pelo Banco Central, com base no deságio médio dos leilões mais recentes.

No nosso trabalho, só trabalharemos com as conversões destinadas ao setor privado, da dívida vencida e depositada compulsoriamente no Banco Central, e portanto leiloadas.

Seu montante será dividido em 50% para áreas incentivadas (áreas da SUDAM, SUDENE, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha), e a outra metade livre para aplicação em qualquer setor." A restrição importante, que atinge ambas aplicações, é que se destinem, exclusivamente, ao mercado primário de capitais, ou seja, esses recursos só poderão ser aplicados em títulos de emissão nova de capital de risco, quer se trate de aumento de capital, de empresas já existentes quer se trate de emissão de capital de novas empresas. Esses recursos não poderão adquirir títulos representativos de capital já emitidos anteriormente, isto é, não poderão comprar títulos de capital já em circulação no mercado secundário."(25)

O registro dessas conversões, bem como a liberação dos cruzados correspondentes, se fara pelo valor líquido, isto é, o valor de face dos títulos menos o deságio apurado.

3) Principal caminho para a conversão da dívida externa de forma oficial:" Em primeiro lugar, o investidor compra títulos vencidos da dívida externa, geralmente no exterior, junto ao credor brasileiro que quer se desfazer do empréstimo feito ao Brasil. Os títulos são comprados com um deságio de até 55% sobre o valor de face, que é, por exemplo, 10 milhões de dólares.

Em seguida, com os 10 milhões de dólares em títulos da dívida, o investidor vai ao leilão, nas bolsas de valores, e pode obter, por exemplo, o equivalente a 7,5 milhões em moeda

americana. Com este dinheiro, o investidor poderá aplicar em ações ou diretamente em investimentos produzidos no Brasil. A vantagem, para o investidor, é que além da diferença do deságio, doze anos depois o dinheiro aplicado poderá ser remetido de volta ao exterior.

CONVERSÃO DE CRÉDITO EM INVESTIMENTOS

VANTAGENS

- 1) redução do estoque da dívida externa;
- 2) diminuição do serviço da dívida externa;
- 3) encoraja/incentiva novos investimentos na economia nacional;
- 4) permite o direcionamento de investimentos estrangeiros no país sem subsídios do governo;
- 5) permite que bancos credores recalcitrantes se desengajem do processo de reestruturação da dívida externa;
- 6) reduz a transferência de recursos para o exterior a médio prazo (carência para remessa de dividendos);
- 7) assegura a permanência de recursos externos no país por longo prazo (prazo mínimo de permanência)

Fonte: Banco Central do Brasil: "A Conversão da dívida externa como instrumento de capitalização de empresas", Brasília, 1987

CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM INVESTIMENTOS

ingresso de recursos novos que ocorreria em com ou sem conversão);

REGIII AR
FONTE COURIER=
MANUAL = DESATIVADO
ALIMENTAÇÃO
A4/CARTA = SIM
SUBSTITUA
356 MILIMETROS
DIMENSÃO Y =
216 MILIMETROS
DIMENSÃO X =
MILIMETROS
UNIDADE DE MEDIDA =
PERSON. PADRÃO
TAMANHO DO PAPEL
A4
TAMANHO PADRÃO D... =
CÓPIAS = 2

- 2) significa subsídios para investidores estrangeiros em detrimento dos nacionais, o que poderá levar à desnacionalização da economia;
- 3) traz complicações monetárias:
 - a) expansão monetária/inflação;
 - b) troca de dívida externa por dívida interna (mais cara);
- 4) provoca pressão (demanda) no mercado paralelo de câmbio;
- 5) permite que recursos com rolagem assegurada pela reestruturação ortodoxa saiam do processo;
- 6) o país não se beneficia com o deságio da dívida existente no exterior;
- 7) ignora o efeito da superposição de investimentos estrangeiros;

Fonte: Banco Central do Brasil- "A Conversão da dívida externa como instrumento de capitalização de empresas, Brasília, 1987

Numa análise de quem ganha e quem perde com a conversão, pode-ser-ia apontar os credores como os únicos perdedores. Todavia, terão a vantagem de dispor de um mercado que gera liquidez para seus créditos.

Os investidores, devedores e receptores de investimento irão se beneficiar direta ou indiretamente, do deságio concedido pelos credores na negociação dos títulos.

Assim, a viabilidade da conversão depende de estabelecer-se razoável equilíbrio entre as forças de mercado, levando-se em conta os interesses do país devedor.

Parece não haver dúvidas entre os economistas de que a conversão contribui para a solução do problema da dívida externa, pois permite quitar-se parte dessa dívida com investimento no país, cujo retorno e remessa de rendimento depende da geração de o produto e de poupança dos próprios investimentos. (26)

Por outro lado, a realocação de recursos estimulada pela conversão permite a capitalização de empresas (vide diagrama I) nacionais e a realização de novos empreendimentos, ajudando a sustentar o crescimento do país, num momento de carência de poupança (1988). E é nesse último aspecto que parece residir a maior contribuição das conversões.

No próximo capítulo veremos, de maneira sucinta, a dinâmica espacial do endividamento externo sobre o território brasileiro e sua contribuição para o aumento das disparidades regionais. Analisaremos o mecanismo de conversão da dívida como um elemento mantenedor da concentração do capital no país, beneficiando em particular, a região Centro-Sul. E por último, faremos uma pequena reflexão teórica sobre a mobilidade do capital, tomando como parâmetro a concentração de capital na região Centro-Sul.

IPPUC: 11336
5586 d.

III) DINÂMICA ESPACIAL DA DÍVIDA EXTERNA

- A evolução dos investimentos e sua distribuição sobre a economia nacional.

A tarefa de acompanhar a evolução dos investimentos estrangeiros no Brasil equivale, na realidade, a efetuar uma análise da própria evolução da industrialização no país. Com efeito, o capital estrangeiro foi o grande motor desse processo de industrialização, na medida que provocou um efeito multiplicador sobre a economia.

Observando, os quadro VII e VIII, vemos que a distribuição do capital estrangeiro, ao longo dessas últimas três décadas, concentrou-se nos setores mais dinâmicos (indústria automobilística, petróleo, produtos químicos, etc) contribuindo, portanto, para uma maior diversificação do parque industrial.

Os dados mais recentes (1986) sobre a distribuição setorial dos investimentos estrangeiros, aparecem no Quadro IX, onde reproduzimos os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil.

Observando o Quadro IX, vemos que o capital estrangeiro no Brasil, vem dando preferência à indústria de transformação que absorve 75% do total dos investimentos. Os serviços (excluídos os de utilidade pública) ocupam segundo lugar com 19%. A participação do capital estrangeiro no setor primário (agropecuária, pesca) é praticamente insignificante (não chega a

QUADRO VII

DISTRIBUICAO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO TEMPO

ANO	SETORES	PARTICIPACAO NO TOTAL (%)
1950	Energia eletrica	27.10
	Petroleo	12.90
	Bancos	6.90
	Produtos quimicos de base	5.90
	Industria alimentar	5.60
	Aparelhos eletroeletronicos	4.90
	Automovel	3.20
	Metalurgia	2.40
	Cimento	2.30
	Laboratorio farmaceuticos	1.50
	Maquinas para industria	1.40
	Papel e celulose	.90
	Outros Setores	25
	T O T A L	100.00
1960	Automovel	11.40
	Petroleo	11
	Produtos quimicos de base	10.60
	Metalurgia	5.40
	Industria alimentar	5
	Laboratorio farmaceuticos	4.50
	Aparelhos eletroeletronicos	4.30
	Siderurgia	3.60
	Comercio em Geral	3.30
	Servicos liberais	2.90
	Pecas, industria automobilistica	2.80
	Bancos	2.60
	Fumo	2.50
	Maquinas para industria	2.40
	Pneus, camaras	2.30
	Artefatos, utensilios de borracha	1.90
	Textil	1.80
	Matadouros, frigorificos	1.40
	Cimento	1.30
	Papel e celulose	1.20
Outros Setores	17.60	
T O T A L	100.00	

Fonte: FIRCE - Banco Central do Brasil

QUADRO VIII

DISTRIBUICAO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO TEMPO

ANO	SETORES	PATICIPACAO NO TOTAL (%)
1970	Produtos quimicos de base	12.90
	Automovel	11.50
	Petroleo	6.00
	Aparelhos eletroeletronicos	5.90
	Metalurgia	5.50
	Laboratorio farmaceuticos	4.80
	Servicos Iliberais	4.60
	Energia Eletrica	4.40
	Industria alimentar	3.70
	Maquinas para industria	3.40
	Siderurgia	3.20
	Pecas para auto	2.90
	Fumo	2.80
	Comercio em Geral	2.60
	Bancos	2.30
	Papel e celulose	2.10
	Barracha e artefatos	1.90
Outros Setores	19.50	
	T O T A L	100.00
1980	Produtos quimicos de base	12.50
	Administracao de bens e publicidade (1)	12.40
	Automovel	12.00
	Mecanica	11.80
	Material eletroeletronico e de comunicacao	9.60
	Metalurgia	9.50
	Industria alimentar	5.60
	Produtos medicinais, farmaceuticos e veterinarios	5.00
	Comercio em Geral	4.40
	Instituicoes financeiras	3.90
	Pecas para auto	3.40
	Outros Setores	9.90
	T O T A L	100.00

Fonte: FIRCE - Banco Central do Brasil

1%) e a posição da indústria extrativa mineral representa valor muito modesto: 2,75%.

Portanto, o capital estrangeiro continua dando uma contribuição importante para o processo de industrialização do País. Ressaltando esta afirmação, convém comparar a distribuição do PIB brasileiro, por grandes setores, com a distribuição setorial do capital estrangeiro.

	PIB	CAPITAL ESTRANGEIRO
AGRICULTURA	13%	0,9%
INDÚSTRIA	35%	77,8%
TRANSFORMAÇÃO	27%	75,1%
SERVIÇOS	52%	21,3%

Fonte- BANCO CENTRAL DO BRASIL - 1986

Em decorrência da maior concentração do capital estrangeiro na indústria, seria interessante verificar sua distribuição por setores em relação à indústria brasileira, a partir da tomada dos empréstimos externos, feitos pelo setor público e privado em 1980.

Setor Público:

Na análise setorial das captações públicas, vemos que seu peso maior resulta em empréstimos contratados por empresas de dois setores produtores de insumos de uso generalizados: energia

e siderurgia (Tabela 1).

Tabela 1
Empréstimos em moeda (lei nº 4.131)
Captações Brutas Anuais Realizadas Pelo setor Público, Segundo os
Principais Setores de Atividades-1980

DISCRIMINAÇÃO	1980 US\$ 10 ⁶	%
SETOR PÚBLICO	3.687,0	76,6
Energia	1.207,7	25,1
Siderurgia	378,2	7,9
Petroquímica	250,0	5,2
Transporte	113,9	2,4
Telecomunicações	229,0	4,8
Intermediação financeira	535,5	11,1
Adm. Pública	822,6	17,1
Outros	150,1	3,0
SETOR PRIVADO	1.124,1	23,4
TOTAL	4.811,1	100,0

Fonte: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro de Capital Estrangeiros - FIRCE, do BANCO CENTRAL DO BRASIL

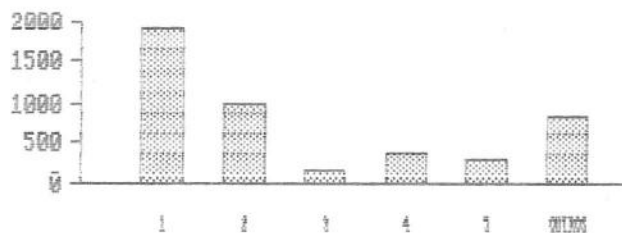
O setor de energia teve um grande impulso, no período 72-80 quando enormes captações foram feitas pela Eletrobrás e pelas Centrais Elétricas de São Paulo-CESP. Em 1978, acrescentou-se ITAIPU Binacional e Nuclebrás (Gráfico I).

GRÁFICO I

CAPTACOES REALIZADAS NO SETOR DE ENERGIA

PERÍODO 1972-80

EM US\$ 10⁶



Fonte: FIRCE - Banco Central do Brasil

LEGENDA:

- 1 - ELETROBRÁS
- 2 - CESP
- 3 - FURNAS
- 4 - ITAIPÚ
- 5 - NUCLEBRÁS

Quanto ao setor siderúrgico, as tomadas de empréstimos tornaram-se expressivas, a partir de 1979, através da Siderúrgica Tubarão e Siderbrás. Observe no Gráfico II que a concentração de recursos para este setor, dirigiu-se, em parte significativa para a região Centro-Sul, no período 1972-80.

Convém colocar que além desses dois setores (siderurgia e energia), as captações públicas para a intermediação financeira e administração pública tem grande peso sobre o total dos empréstimos (11,1% e 17,1 respectivamente), já que se constituíram em elementos contribuidores para a progressiva estatização da dívida externa, ocorrida na década de 70.

Outro setor que merece destaque é o das telecomunicações. Sua distribuição espacial sobre o território mostra que as captações feitas pelo setor público, na década de 70, concentram-se na região Centro-Sul, através da TELERJ, TELEMIG e TELESP. (Gráfico III)

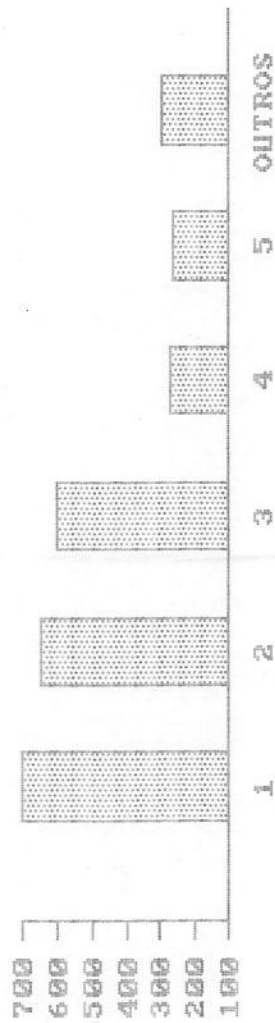
O setor de transporte aparece com significativa importância, 2,4% (Tabela 1). Os recursos para esse setor destinaram-se basicamente para a SUNAMAM, DNER, REFESA e METRÔ-RJ. (Gráfico IV)

Por último, temos o setor petroquímico com 5,2% das captações públicas. Estas se destinaram, sua maioria, à PETROBRAS e a Petroquímica União. (Fonte: FIRCE, do Banco Central)

GRÁFICO II

CAPITAÇÕES NO SETOR DE SIDERURGIA 1972-80

EM US\$ 10⁶



FONTE: FIRCE - Banco Central do Brasil

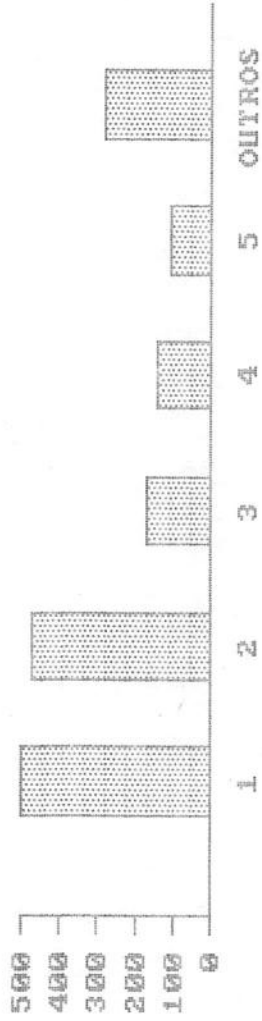
LEGENDA:

- 1 - TUBARÃO
- 2 - SIDERBRÁS
- 3 - AÇOMINAS
- 4 - CSN
- 5 - ACESITA

GRÁFICO III

CAPTACOES NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

EM US\$ 10⁶



Fonte: FIRCE - Banco Central do Brasil (1972-1980)

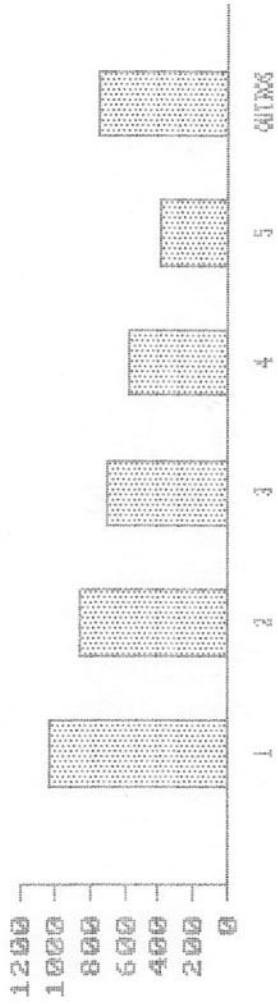
LEGENDA:

- 1 - TELESP
- 2 - TELEBRÁS
- 3 - TELEMG
- 4 - TELERJ
- 5 - CTB

GRÁFICO IV

CAPTACAO NO SETOR DE TRANSPORTES

EM US\$ 10⁶



Fonte: FIRCE, Banco Central do Brasil (1972-1980)

LEGENDA:

- 1 - SUNAMAM
- 2 - DNER
- 3 - REFESA
- 4 - METRÔ-RIO
- 5 - FEPASA

Setor Privado:

A industrialização é, indiscutivelmente, o setor de atividade que mais absorve recursos externos captados pelo setor privado (tabela 2), logo em seguida aparecem a mineração, 3,9% e intermediação financeira, 3,0%.

Tabela 2

Empréstimos em moeda (lei nº 4.141)
Captações Bruta anual realizada pelo setor privado, segundo
macrosetor de atividade, 1980

DISCRIMINAÇÃO	1980	
	US\$ 10 ⁶	%
SETOR PRIVADO	1.124,1	23,4
Agropecuária	72,2	1,5
Silvicultura	72,2	1,5
Mineração	187,6	3,9
Ind. Transformação	609,4	12,7
Ind. Construção	28,9	0,6
Infra-estrutura	0,0	0,0
Interm. Financeira	144,3	3,0
Comércio/Serviços	62,5	1,3
Diversos	19,2	0,4
SETOR PÚBLICO	3.687,0	76,6
TOTAL	4.811,1	100,0

Fonte: Registro efetuados junto à Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros - FIRCE, do BANCO CENTRAL DO BRASIL

Na análise desagregada das captações feitas por empresas privadas para a indústria de transformação, temos os setores de metalurgia, material de transporte e química como os mais significativos. (Tabela 3)

TABELA 7

Empréstimos em moeda (Lei nº. 4.131)
 Captações Brutas Anual Realizada Pelo Setor Privado, Segundo
 Gêneros da Indústria de Transformação 1980

DISCRIMINAÇÃO	1980	
	US\$10 ⁶	%
SETOR PRIVADO	1.1241,1	23,4
Ind. Transformação	609,4	12,7
Min. não metal	0,0	0,0
Metalurgia	101,3	2,1
Mecânica	24,1	0,5
Mat. elétr. com.	9,6	0,2
Material transp.	132,7	2,8
Madeira	0,0	0,0
Mobiliário	0,0	0,0
Papel e Papelão	33,7	0,7
Borracha	0,0	0,0
Couro e peles	0,0	0,0
Química	154,0	3,2
Farmacêutica	0,0	0,0
Perfumaria	0,0	0,0

Têxtil	14,4	0,3
Vestuário	0,0	0,0
Produção		
alimentar	72,2	1,5
Bebidas	33,6	0,7
Fumo	0,0	0,0
Ed. Gráfica	0,0	0,0
Diversos	33,8	0,7
Outros		10,7
SETOR PÚBLICO	3.687,0	76,6

TOTAL	4.811,1	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros - FIRCE, do Banco Central do Brasil. Valores estimados a partir da amostra do setor privado

Quanto à propriedade do capital, os empréstimos captados destinaram-se às grandes empresas, e mais particularmente, às filiais de grandes grupos internacionais. Cabe recordar que as empresas internacionais, aqui instaladas, foram um dos principais responsáveis pelo endividamento externo na década de 70, conforme o já exposto no Capítulo I.

Do ponto de vista da contratação de empréstimos externos, o capital privado nacional só teve alguma expressão enquanto tomadores de recursos externos, nos anos de auge do ciclo expansivo.

No próximo item discutiremos um pouco, esta distribuição espacial da dívida externa sob uma ótica regional; abrangendo,

inclusive o mecanismo de conversão da dívida externa.

Questão regional da dívida externa:

Todo o avanço das forças produtivas que ocorreu, a partir dos anos 50, resultou num aumento espetacular da penetração imperialista na economia nacional. Em setores como a indústria automobilística, cigarros, eletricidade, material elétrico, produtos químicos e farmacêuticos, o domínio do capital estrangeiro passou a ser de 80 a 90%.

Entretanto, com os dados apresentados, nas tabelas e quadros deste capítulo, podemos inferir que a entrada do capital externo na economia nacional contribuiu para a concentração de capital, na medida que foi destinado aos setores mais dinâmicos (Departamento III), localizados na região Centro-Sul.

Cabe ressaltar que esse investimento externo só veio porque o Estado se mostrou capaz de investir maciçamente em infraestrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas mas também, por lhe gerar demanda.

A concentração de capital estrangeiro, na região Centro-Sul, através da industrialização, realizou-se segundo a Lei Econômica da Causação Circular de Gunnar Myrdal, pela qual riqueza atrai riqueza, contribuindo, portanto, para o atraso e pobreza de determinadas regiões do País.

Com efeito, os investimentos privados e públicos captados no exterior, destinaram-se, em sua maioria, à região Centro-Sul, aumentando as disparidades regionais e, em especial, o declínio do Nordeste. A própria classe dominante nordestina aumentou a transferência de seus capitais para o Centro-sul, em busca de maiores lucros, enquanto a classe trabalhadora procurou migrar de forma crescente para as cidades, especialmente, São Paulo e Rio de Janeiro; fugindo da miséria da região.

O padrão de acumulação industrial apoiado pelo capital externo exarcebou-se em movimento concentracionista, com uma rápida chegada à concorrência oligopolista. Desse modo, a industrialização avançou comandada crescentemente pelo grande capital internacional e nacional, exigindo, portanto, a consolidação de uma economia nacional. (27)

"Com essa mudança ... vive-se nos anos pós-cinquenta a intensificação do processo de integração nacional que articula as regiões brasileiras, destruindo as antigas "economias regionais" estruturadas ao longo da época primário-exportadora. (28)"

Ao estender sua hegemonia em escala nacional, o avanço das forças produtivas do Centro-Sul apoiadas pelo capital externo, em direção ao resto do País, determinou a divisão inter-regional do trabalho, na qual o Nordeste, em especial, passou a fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra barata para o Centro-Sul. Reproduzindo, dessa forma o antigo sistema de relação centro-

periferia (países desenvolvidos X países subdesenvolvidos) a nível nacional.

Desse modo, além da Lei da Causação Circular de Myrdal, podemos utilizar o conceito de Francisco de Oliveira de que o processo de reprodução do capital se dá de forma "desigual e combinado"(29), ou seja, apesar das disparidades regionais, o crescimento econômico do País tem sido constante.

A busca ao concurso do capital estrangeiro acrescentou também novas forças ao processo de acumulação, ao mesmo tempo que colocou, no longo prazo, novos problemas para a continuidade da expansão. "Em primeiro lugar, incorporando-se uma tecnologia mais avançada a produtividade deu saltos enormes, principalmente se essa tecnologia se deu em condições das relações de produção já concentradoras: sobre um mercado de trabalho marcado pelo custo irrisório da força de trabalho, os ganhos de produtividade logrados com a nova tecnologia acelerou ainda mais o processo de concentração de renda no País (30)". Contribuindo, portanto para as grandes desigualdades sociais. (Tabela 4)

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA RENDA
(POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA)
TABELA 4

PERCENTIS	1960	1970	1980
20-	3,9	3,4	2,8
50-	17,4	14,9	12,6
10+	39,6	46,7	50,9
5+	28,3	34,1	37,9
1+	11,9	14,7	16,9

Fonte: Dados básicos do IBGE

Os efeitos do processo concentrador de renda apresenta-se visível no campo e nas grandes cidades cujo "inchaço" é cada vez maior.

Acentuou-se, ao longo dessas três décadas, a miséria do trabalhador do campo, ao mesmo tempo em que a propriedade de terra se concentrou como nunca e a devastação da natureza adquiriu um ritmo também inédito. Nas cidades pioraram as condições de vida, com o agravamento da poluição e dos velhos problemas de transporte, moradia (formação de favelas) e saúde.

Podemos então afirmar que a estratégia de crescimento econômico com endividamento externo, tornou a economia nacional de agroexportadora para urbano-industrial, sem contudo, diminuir das desigualdades regionais e sociais do País.

Esta situação, confirma-se atualmente quando observamos a distribuição espacial por unidade da federação, dos recursos da conversão da dívida externa.

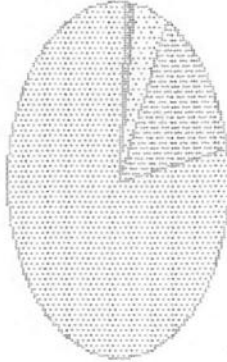
Analisando esta distribuição, vemos que os estados da região Centro-Sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) absorveram quase a totalidade dos investimentos em áreas livres, a partir dos leilões realizados em 1988 (Gráfico V). Quanto aos investimentos externos em áreas incentivadas (SUDAM, SUDENE, Vale do Jequitinhonha e Espírito Santo), a Bahia e o Amazonas

GRÁFICO V

CONVERSAO DA DUIDA EM INVESTIMENTO

AREAS LIVRES

SÃO PAULO
RIO DE JANEIRO
MINAS GERAIS
PARANÁ



Fonte: BACEN/FIRCE - EM 16 DEZ 88

receberam as maiores porcentagem, 39,3% e 27,4% respectivamente. (Gráfico VI)

Cabe ressaltar que os investimento feitos na Bahia, destinam-se basicamente ao setor de Química/Petroquímica, ou seja, um setor formador de enclaves regionais, não atuando portanto, para a diminuição das desigualdades sociais encontradas neste Estado.

Quanto ao Amazonas, os recursos destinam-se aos setores de celulose, papel e papelão, aos grandes projetos agropecuários e à indústria extrativa mineral.

Se nós analisarmos a distribuição da dívida externa em investimentos por ramos de atividades, o resultado não será nenhuma surpresa: a indústria de transformação continua sendo a "menina dos olhos" dos investimentos externos no País. Sua participação corresponde a 53,4% dos recurso para as áreas livres e 73,4% para as áreas incentivadas. (Gráficos VII e VIII)

Em segundo lugar aparece o setor de Serviços com 39,9% dos investimentos, e por último, surgem a agricultura, pesca, pecuária e indústria extrativa mineral com participações insignificantes na conversão da dívida externa em investimento.

A partir do exposto neste capítulo, podemos concluir que a internacionalização das estruturas produtivas internas vem

GRÁFICO VI

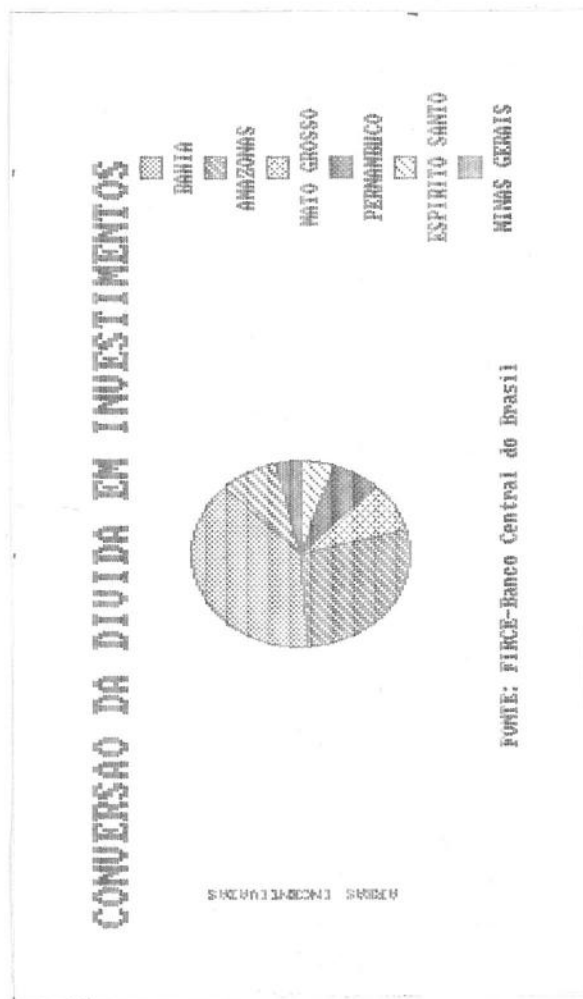
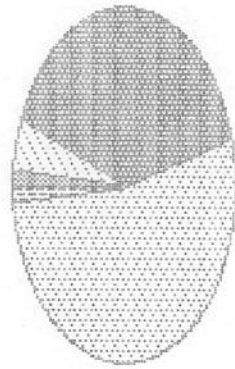


GRÁFICO VII

CONVERSAO DA DIVIDA EM INVESTIMENTOS

AREAS LIVRES

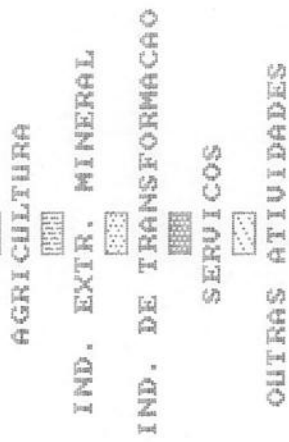


AGRICULTURA
IND. EXTR. MINERAL
IND. DE TRANSFORMACAO
SERVICOS
OUTRAS ATIVIDADES
FUNDOS DE CONVERSAO

Fonte: HACEN/FIRCE - EM 16 DEZ 88

GRÁFICO VIII

CONVERSÃO DA DÍVIDA EM INVESTIMENTOS



ÁREAS INVESTIDAS

Fonte: BACEN/FIRCE EM 16 DEZ 88

reproduzindo e aprofundando as disparidades regionais e sociais em nosso País, a partir da concentração de capital na região Centro-Sul.

MOBILIDADE DO CAPITAL: PEQUENA SELECÇÃO REGIONAL

A partir da descrição da distribuição dos investimentos externos em nossa economia e da sua dinâmica espacial a nível regional, podemos dizer que o próprio capital não dispõe daquela mobilidade que lhe é frequentemente atribuída, já que certos lugares podem oferecer as condições de rentabilidades exigidas; e se manterem dominantes economicamente em comparação com outros lugares.

Durante a fase de expansão do capitalismo no Brasil (pós-Guerra), a procura desordenada de um lucro máximo fez com que se preferisse certas localizações em detrimento de outras. As cidades inicialmente privilegiadas (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) beneficiaram-se de uma acumulação seletiva de vantagens, ao mesmo tempo em que acolheram novas implantações industriais. Comcomitantemente, a concentração dos investimentos públicos em certos pontos do espaço da região Centro-Sul, impôs a tendência à uma elevação do coeficiente de capital à instalação de uma nova fase do ciclo expansivo, a expansão do Departamento III.

São exatamente as grandes empresas, mesmo recentes, que para serem rentáveis procuram instalar-se nas regiões metropolitanas do país onde, ao lado das infra-estruturas econômicas e sociais,

das economias de escala e das facilidades de comunicação à distância e interpessoal, a presença de uma mão-de-obra barata é um estímulo a mais.

A partir do momento em que este espaço (Região Centro-Sul) se tornou dominante, ou seja, o centro econômico, sua dominação continuou a afirmar-se mesmo que outros centros tenham tido um crescimento importante. "A partir do momento em que as taxas desiguais de crescimento se desenvolvem, elas têm tendência a se perpetuar e a disparidade das taxas de crescimento aumentará porque a indústria e o comércio concentram-se mais em um centro particular, dando a este centro vantagens para novos desenvolvimentos".(31)

Desse modo, podemos falar de uma imobilidade de vantagens resultantes da aglomeração; imobilidade durável porque essas vantagens são estabilizadas no local da primeira implantação por causa dos desenvolvimentos cumulativos (32). Cabe ressaltar que essa imobilidade do capital no espaço brasileiro é relativa, já que a região Centro-Sul nem sempre foi a mais desenvolvida, e o Nordeste uma região pobre.

Com efeito, uma vez estabelecida a concentração de capital, na região Centro-Sul, o movimento de dominação se instalou tornando-se "aparentemente irreversível". As explorações das atividades econômicas consideradas fundamentais exigiram a acumulação de investimentos do tipo econômico e muitas vezes

também sociais, num volume bem maior do que o destinado ao resto do país. Desse modo, o Estado é obrigado a dedicar às zonas que já são ricas uma parte cada vez maior de seus recursos e do seu orçamento.

"... em suma, o princípio de acumulação nos ensina que quando a ação (a utilização) do mercado é livre, um grupo de pessoas, uma cidade ou uma região de um país que por circunstâncias precisas encontram-se historicamente na posição dominante, veem esta posição reforçar-se, enquanto continua estacionária a posição dos grupos, pessoas ou regiões de um país que caem no domínio dos primeiros ou, no melhor dos casos permanecem fora do processo cumulativo"(33).

Em decorrência dessa "relativa imobilidade do capital", no espaço, fizeram-se vários projetos de revalorização de cidades ou até mesmo de regiões inteiras. Para a elaboração desses projetos, criaram-se, no Brasil, agências de desenvolvimento regional, como por exemplo, a SUDENE. No entanto, quando se contabilizam as taxas de crescimento das regiões menos favorecidas em relação as metrópoles nacionais, os resultados nem sempre representam uma melhoria social no nível de vida dessas regiões, já que na maioria das vezes se esquece de efetuar comparações dentro do contexto da formação social; manipulando números representativos dos fluxos da mais-valia, que se dirige sobretudo à grandes cidades, ou até mesmo ao estrangeiro.

Vemos então que esta pequena reflexão teórica sobre a

mobilidade do capital vai de encontro às teorias de Myrdall (Causação Circular) e de Francisco de Oliveira (desenvolvimento desigual e combinado) na medida em que serve para justificar a entrada de capital estrangeiro no país sobretudo na região Centro-Sul, em detrimento das demais regiões.

CONCLUSÃO

A evolução dos investimentos externos no Brasil contribuiu de maneira decisiva para a evolução da própria industrialização, na medida que provocou um efeito multiplicador sobre a economia.

Contudo, vimos que a entrada de recursos externos se deu de modo concentrado, ou seja, localizou-se preferencialmente na região Centro-Sul, já que o Estado se predispôs a investir em infraestrutura e na indústria de base, oferecendo economias externas baratas para o investimento privado. As razões dessa "preferência" pela região Centro-Sul estão contidas na própria evolução histórica do modo de produção capitalista no País, que mostra o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Centro-Sul. O processo de endividamento externo apenas reforçou esta situação.

Com a concentração do capital no Centro-Sul, ocorreu um avanço das forças produtivas representadas pelos grandes grupos oligopolistas, em direção às outras regiões, destruindo-as e criando uma divisão inter-regional do trabalho no País idêntica com a relação que é realizada a nível internacional.

O que nos parece claro é que o processo de reprodução de capital que ocorreu no período pós-cinquenta, via endividamento externo, não se preocupou em formar um capitalismo mais social em que as disparidades regionais fossem amenizadas e os desequilíbrios sociais (concentração de renda) menos marcantes.

O que se nota é que a expansão econômica do País foi notável (somos a 8ª economia do mundo ocidental). Concomitantemente o desemprego, a favelização, a estrutura fundiária concentrada, etc., aumentaram no mesmo ritmo do crescimento econômico.

O próprio mecanismo de conversão da dívida externa reproduz de forma bem clara a teoria do "desenvolvimento desigual e combinado" de Francisco de Oliveira, ou seja, o crescimento econômico do Centro-Sul é mantido e as outras regiões do País, esquecidas.

Portanto, a internacionalização das estruturas produtivas nacionais continua reproduzindo e aprofundando as disparidades regionais em nome de um crescimento econômico que se traduz num "capitalismo selvagem", em que a maioria da população do País continua à margem do desenvolvimento econômico nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Francisco; História da Sociedade Brasileira, Ao Livro Técnico, 1979.
- BAER, Mônica; A Internacionalização Financeira no Brasil, Ed. Vozes- 1986.
- COUTINHO, Luciano e REICHSTUL, Henri Philipés; "O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo", in MARTINS, Carlos Estevam; O Estado e o Capitalismo no Brasil, Hucitec/CEBRAP- 1977.
- CRUZ, Paulo davidoff, "Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta", in Desenvolvimento Capitalista no Brasil, no 2, org. Luiz Gonzaga M. Belluzzo, Ed. Brasiliense.
- DELLINGER, Carlos Von; Dívida Externa e Estratégia Brasileira de Desenvolvimento, Cartograf., Coleção ILPES, 2 - 1981.
- DUTRA, Wilson e SALLES, Vittoria C.; Padrão de Financiamento em Empresas Externas, FINEP, dez. 1985, mimeo.
- HICKS, J.R., Essays in World Economics, Clarendon, Press, Oxford, 1969.
- LAGO, Luiz A. Correa do e outros. "A Indústria Brasileira de Bens de Capital - Origens, situação recente e perspectivas", Estudos Especiais, FGV (1) - 1979.
- MARANHÃO, Silvio- "A Questão Nordeste", in Estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e

ideológicos, Ed. Paz e Terra- 1984.

MARRANA, V.- Política econômica de los países sub-desarrollados, Madri, 1961.

OLIVEIRA, Francisco de, A Economia da Dependência Imperfeita Biblioteca de Economia-1984.

OLIVEIRA, Francisco de, Elegia Para uma Re(li)gião, Ed. Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de, Crítica à Razão Dualística, Ed. Vozes- 1987.

REMY, Jean- La Ville, Phenomène économique, Éditions Vie Ouvrière, Bruxelles, 1966.

SERRA, José; "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do pós-Guerra", Revista de Economia Política, vol. 2/2, nº 6-1982.

SUZINGAN, Wilson et alli; "Financiamento de Projetos Industriais no Brasil", Relatório de Pesquisa, IPEA/INPES, (9)-1972.

TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos de; O Grande Salto Para o Caos, Ed. Zahar- 1985.

NOTAS

I) PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO

1- Oliveira, Francisco de; A Economia da Dependência Imperfeita, Biblioteca de Economia-1984, pag.79.

2- Oliveira, Francisco de; op. cit., pag. 80 e 81.

3- Baer, Mônica; A Internacionalização Financeira no Brasil; Ed. Vozes- 1986, pag. 66.

4- Dellinger, Carlos Von; Dívida Externa e Estratégia Brasileira de Desenvolvimento, Cartograf, Coleção ILPES, 2- 1981.

5- Oliveira, Francisco de; A Economia da Dependência Imperfeita, Biblioteca de Economia, 1987, pag. 84.

6- ibid; pag. 84

7- Serra, José; "Ciclos e Mudanças Estruturais na economia Brasileira do pós-Guerra" in Revista de Economia Política, vol.2/2, nº 6- 1982, pags. 22 e 24.

8- Oliveira, Francisco de; op. cit., pag. 87.

- 9- Doellinger, Carlos von; op. cit..
- 10- Oliveira, Francisco de; op. cit., pag.99.
- 11- Suzingan, Wilson et alli; "Financiamento de Projetos Industriais no Brasil", Relatório de Pesquisa, INPEA/INPES, (9)-1972, pags. 296 e 297.
- 12- Cruz, Paulo Davidoff; "Notas sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos anos setenta", in Desenvolvimento Capitalista no Brasil, ng 2, org. Luiz Gonzaga M. Belluzzo, Ed. Brasiliense, pag. 62.
- 13- Tavares, Maria da Conceição e Assis, J. Carlos de; O Grande Salto Para o Caos, Ed. Zahar, 1985, pags. 91 e 92.
- 14- Cruz, Paulo Davidoff, op. cit., pag. 65.
- 15- Coutinho, Luciano e Reichstul, Henri Philipés; "O Setor Produtivo Estatal e o Ciclo", in Martins, Carlos Estevam; O Estado e o Capitalismo no Brasil, Hucitec/CEBRAP- 1977, pag. 90.
- 16- Conjuntura Econômica, 30 (2), fev. 1976, pag. 3.
- 17- Baer, Mônica; op. cit..
- 18- Dutra, Wilson e Salles, Vittoria C.; Padrão de Financiamento

em Empresas Externas, FINEP, Dez. 1985, pag. 153, mimeo.

19- Lago, Luiz A. Correa do e outros. "A Indústria Brasileira de Bens de Capital - Origens, situação recente e perspectivas", Estudos Especiais, FGV (1), 1979, pag. 407 e 408.

20- Baer, Mônica; op. cit., pag. 109.

21- ibid; pag. 115.

22- Cruz, Paulo Davidoff; op. cit., pag. 70.

23- Tavares, Maria da Conceição, op. cit., pag.95.

II) A SISTEMÁTICA DE CONVERSÃO DA DÍVIDA EXTERNA

24- Revista "Isto é", Março/1988, pags. 68 e 70.

25- Jornal "Folha de São Paulo", 5 de outubro de 1988.

26- ibid, 16 de outubro de 1988.

III) DINÂMICA ESPACIAL DA DÍVIDA EXTERNA

27- Maranhão, Sílvio; "A Questão Nordeste", in Estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e

ideológicos, Ed. Paz e Terra, 1984, pag.79.

28- ibid, pag. 79.

29- Oliveira, Francisco de- Elegia para uma (Re)ligião, Ed. Vozes.

30- Oliveira Francisco de, Crítica à Razão Dualista, Ed. Vozes- 1987, pag 49 e 50.

31- Hicks, J.R., "Essays in World Economics, Clarendon. Press, Oxford, 1969, pag.163.

32- Remy, Jean, La Ville, Phénomène Économique, éditions Vie Ouvrière, Bruxelles,1966, pag.69.

33- Marrama,V., Política Ecoômica de los Países Sub- desarrollados, Madri, 1961, pag. 79.

APÊNDICE

QUADRO V

EMPRESTIMOS EM MOEDA (LEI. 4131) CAPTACOES BRUTAS ANUAIS REALIZADAS PELO SETOR PUBLICO SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADES, 1974-1978

DISCRIMINACAO	1974	1975	1976	1977	1978
	%	%	%	%	%
SETOR PUBLICO	39.70	35.30	50.40	51.50	60.20
- Energia	5.00	3.60	4.80	12.20	15.50
- Siderurgia	.70	.90	1.90	12.60	6.90
- Petroquimica	4.10	1.40	3.40	2.80	1.70
- Transportes	10.80	13.60	14.10	12.40	12.40
- Telecomunicacoes	1.80	6.70	7.10	.20	3.00
- Interm. Financ.	4.80	3.20	3.70	8.80	8.10
- Adm. publica	12.20	5.80	12.20	1.00	6.60
- Outros	.30	.10	3.20	1.50	6.00
SETOR PRIVADO	60.30	64.70	49.60	48.50	39.80
T O T A L	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: "Notas Beluzzo (compilador) "coletanea sobre Economia Brasileira", ed. Brasiliense no Departamento de Fiscalizacao e Registros de Capitais estrangeiros (FIRCE) do Banco Central do Brasil

QUADRO VI

Empréstimos em moeda (lei 4.131). Captações brutas anuais pelo setor privado, segundo ramos da indústria de transformação, 1974 - 1978.

DISCRIMINAÇÃO	1974	1975	1976	1977	1978
SETOR PRIVADO	60,3	64,7	49,6	48,9	48,5
- Ind. Transformação	40,3	41,0	29,7	29,0	28,1
- Min. não metálicos	4,2	1,4	0,4	0,7	0,2
- Metalurgia	1,6	3,0	2,6	2,3	5,8
- Mecânica	2,3	2,2	2,8	1,7	1,1
- Mat. Elétrico e Comun.	3,2	2,7	4,1	3,6	5,0
- Mat. Transporte	6,6	9,4	6,1	9,7	7,2
- Madeira	0,4	0,4	0,0	0,0	0,0
- Mobiliário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- Papel e papelão	0,4	1,3	0,3	1,6	1,0
- Borracha	0,5	0,6	0,6	0,0	0,3
- Couro e Peles	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
- Química	8,5	7,6	7,5	7,5	4,3
- Farmacêutica	1,2	1,1	0,9	0,7	1,0
- Perfumaria	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
- Têxtil	3,5	3,0	1,1	0,3	0,0
- Vestuário	0,8	0,6	0,2	0,0	0,2
- Prod. Alimentares	3,1	3,2	0,5	0,2	0,2
- Bebidas	1,4	1,3	0,6	0,2	1,0
- Fumo	0,2	0,2	0,4	0,0	0,2
- Editora, gráfica	1,9	0,9	0,5	0,2	0,0
- Diversos	0,5	2,1	0,9	0,3	0,6
- Outros	20,0	23,7	19,9	19,9	20,4

Fonte: FIRCE - Banco Central do Brasil

DIAGRAMA I

| DIVIDAS VENCIDAS |
| DEPOSITADAS NO BANCO CENT |
COMPULSORIAMENTE

|
|

| CONVERSÃO CUJOS FUNDOS |
| SÃO DESTINADOS AO |
SETOR PRIVADO

|
|

L E I L A O

|
|

| 150 % DO VALOR TOTAL PARA AS |
| ÁREAS INCENTIVADAS: SUDAM, |
| SUDENE, ESPÍRITO SANTO E |
VALE DO JEQUITINHONHA

|
|

| APLICAÇÃO DE RECURSOS EM |
| COTAS DO FUNDO DE CONVERSÃO |
DE CAPITAL ESTRANGEIRO

|
|
|
|
|
|
|
|
|
|

| 150 % LIVRES PARA APLICAÇÃO |
EM QUALQUER ÁREA

| APLICAÇÃO DE RECURSOS: |
| (1) NA INTEGRALIZAÇÃO DE |
| CAPITAL DE NOVAS SOCIEDADES |
| |
| (2) NO AUMENTO DE CAPITAL D |
| E SOCIEDADES JÁ EXISTENTES |
| |
| OBS: EM AMBOS OS CASOS EMISSÃO |
PRIMÁRIA DE CAPITAL

|
|
|
|
|

| (1) REGISTRO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BC PELO VALOR LÍQUIDO, |
| ISTO É, VALOR DE FACE MENOS DESCONTO |
| |
(2) LIBERAÇÃO DOS CZ\$ CONVERTIDOS TAMBÉM PELO VALOR LÍQUIDO

QUADRO IX

INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS EXTERNOS NO BRASIL
DISTRIBUICAO POR RAMO DE ATIVIDADES DO RECEPTOR
POSICAO EM 30/06/86 (EM USD 1.000)

RAMO DE ATIVIDADE	PATICIPACAO NO TOTAL (%)
Agricultura	.60
Pecuaria	.29
Pesca	.01
Industria Extrativa Mineral	2.75
Industria de Transformacao	75.06
Transformacao de minerais nao metalicos	1.71
cimento	.61
material de construcao civil, ceramica e	
artefatos de cimento	.59
vidro e cristal	.52
metalurgia	7.75
siderurgia	2.09
metalurgia	5.66
Mecanica	8.96
Material eletronico, eletrico e de comunicacao	7.58
Material de transportes	14.08
auto pecas	2.42
Material de Transportes	
Construcao aeronautica	.01
Construcao Naval	.42
Material Ferroviario	.09
Veiculos Automotores	11.15
Madeira	1.54
Celulose, papel e papelao	2.11
Borracha	2.60
Quimica	14.15
adubos e fertilizantes	.42
derivados de processamento de petroleo	3.01
fosforos de sequanca, tintas, vernizes e lacas	.81
produtos quimicos basicos	9.91
Produtos medicinais, farmaceuticos e veterinarios	4.29
Textil	1.64
Vestuario, calçados e artefatos de tecido	.79
Produtos alimentares	4.81
Beneficiamento Torrefacao e moagem	.48
Frigorificos	.03
Produtos alimentares diversos	4.30
Bebidas	.60
Fumo	1.05
Editorial e grafica	1.19
Diversos	1.21

Fonte: FIRCE/DIVAP, 31.10.86